

ANEXO IV

PROCESSOS DE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS PUBLICOS APLICÁVEIS PELOS BENEFICIARIOS DE SUBVENÇÕES DE EXPERTISE FRANCE

< Atenção, a tradução do contrato e seus anexos estão disponíveis para fins informativos; o contrato será assinado em francês ou inglês, de acordo com a preferência do coordenador.>

1. PRINCÍPIOS GERAIS

Sempre que a execução de uma ação exigir a adjudicação de contratos pelo(s) beneficiário(s), este(s) deverá(ão) adjudicar o contrato com proposta economicamente mais vantajosa, ou seja, a que apresentar a melhor relação entre qualidade e preço, ou, no caso de contratos de empreitada ou de fornecimento, sem serviço pós-venda, o único critério de adjudicação será o preço mais baixo.

Os contratos devem ser adjudicados em conformidade com os princípios e regras que regem a adjudicação de contratos públicos:

- assegurando o cumprimento dos princípios da transparência, da publicação prévia e da concorrência leal, da igualdade de tratamento, da proporcionalidade e da não discriminação, e velando que não haja conflitos de interesses ao longo de todo o processo de adjudicação.

- Os contratos não devem ser divididos artificialmente para contornar os limiares de adjudicação de contratos.

Para o efeito, devem ser respeitadas as regras enunciadas nos pontos 2 a 7 abaixo, sem prejuízo do ponto 8, estas regras estabelecem os procedimentos básicos a seguir, não sendo de excluir a possibilidade de aplicação de outros procedimentos que promovam o aumento da concorrência.

Expertise France procede a um controlo ex post do cumprimento dessas regras por parte do(s) beneficiário(s). Em caso de incumprimento destas regras, as despesas em causa não são elegíveis para financiamento por parte de Expertise France ou da UE/FED ao abrigo de um contrato de gestão indireta executada por Expertise France.

As disposições do presente anexo aplicam-se mutatis mutandis aos contratos a celebrar pelo(s) parceiro(s) do(s) beneficiário(s).

2. ELEGIBILIDADE PARA ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS

2.1. Regra de nacionalidade

Inicia-se a participação nos processos de concurso geridos pelo(s) beneficiário(s), em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares que sejam nacionais e pessoas coletivas efetivamente estabelecidas num Estado-Membro e nos Estados-Membros ou num Estado, país ou território das

ANEXO IV – CONTRATO DE SUBVENÇÃO

regiões expressamente elegíveis ao abrigo do instrumento aplicável, em conformidade com os anexos a2a e a2c do guia prático. Os concorrentes devem indicar a sua nacionalidade na sua proposta e apresentar as provas usuais em conformidade com a sua legislação nacional.

Esta regra não se aplica aos peritos propostos no quadro das ofertas de serviços financiadas pela subvenção.

2.2. Regra de origem

Sempre que o ato de base ou outros instrumentos aplicáveis o exigirem, o proponente deve provar¹ a origem dos fornecimentos adquiridos ao abrigo da subvenção. Em caso de aplicação² da regra de origem, os contratantes devem apresentar uma prova de origem ao(s) beneficiário(s), o mais tardar aquando da apresentação da primeira fatura. O certificado de origem deve ser emitido pela autoridade designada para o efeito no país de origem dos fornecimentos e cumprir as regras estabelecidas na legislação pertinente da UE.

2.3. Exceções à regra de nacionalidade e de origem

Sempre que se pretenda aplicar um acordo relativo à abertura dos mercados de bens, obras ou serviços, o acesso deve igualmente ser concedido aos nacionais e aos bens de países terceiros nas condições previstas nesse acordo.

Por outro lado, em casos excecionais devidamente justificados e previstos nos regulamentos aplicáveis, a fim de permitir o acesso a nacionais ou a bens provenientes de outros países que os referidos no ponto

2.1 e 2.2, deve ser obtida uma derrogação da Comissão Europeia antes de dar início ao procedimento.

2.4. Situações de exclusão da participação nos contratos

Serão excluídos da participação num contrato os candidatos ou proponentes que:

- (1) se encontrem em situação de falência ou sejam objeto de um processo de falência, de liquidação, de cessação de atividade, ou estejam sujeitos a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- (2) que tenham sido condenados por sentença transitada em julgado por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional, proferida pelo tribunal competente; esta disposição é igualmente aplicável às pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles exercidos;
- (3) que, em matéria profissional, tenham cometido uma falta grave, comprovada por qualquer meio que permita ao(s) beneficiário(s) justificar;

¹ Para efeitos do presente anexo, o termo "origem" é definido no capítulo 2 do Regulamento (CE) n.º 450/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário Modernizado.

ANEXO IV – CONTRATO DE SUBVENÇÃO

² No âmbito do CIR (exceto para o IPAI) e do FED (quando a versão alterada do anexo IV do Acordo de Cotonu entrar em vigor em 2014), a origem dos fornecimentos é irrelevante quando o seu montante total por compra não excede 100.000 EUR.

- (4) que não tenham cumprido as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou as suas obrigações relativamente ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que se encontrem estabelecidos, do país do(s) beneficiário(s) ou do país em que deva ser executado o contrato;
- (5) que não tenham cumprido as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou as suas obrigações relativamente ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que se encontrem estabelecidos, do país da entidade adjudicante ou ainda do país em que deva ser executado o contrato;
- (6) que tenham sido condenados pessoalmente - ou qualquer pessoa com poderes de representação, decisão ou controlo - por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal lesiva dos interesses financeiros da UE, por sentença transitada em julgado;
- (7) que estejam sujeitos a uma sanção administrativa referida na secção 2.3.4 do Guia Prático.

Os candidatos ou proponentes devem comprovar que não se encontram numa das situações acima referidas.

Os pontos 1 a 4 não são aplicáveis em caso de aquisição de produtos em condições particularmente vantajosas, quer a fornecedores que cessem definitivamente as suas atividades comerciais, quer a liquidatários ou administradores de falência, por transação judicial ou processo da mesma natureza previsto nas legislações nacionais.

2.5. Situações de exclusão da atribuição dos contratos

A adjudicação de um contrato não incluirá os candidatos ou proponentes que, no decurso do processo de adjudicação desse contrato:

- a) se encontrem numa situação de conflito de interesses;
- b) sejam culpados de falsas declarações ao fornecer as informações exigidas pelo(s) beneficiário(s) para a sua participação no contrato ou não tenham fornecido essas informações.

3. REGRAS COMUNS A TODOS OS CONCURSOS

Os documentos do concurso serão elaborados com base nas melhores práticas internacionais. Na ausência de documentos próprios, o(s) beneficiário(s) pode(m) utilizar voluntariamente os modelos publicados no Guia Prático das Ações Externas da UE no sítio web do EuropeAid. Nem a Expertise France nem a Comissão Europeia publicam os documentos do concurso elaborados pelo(s) beneficiário(s).

Os prazos para a apresentação de candidaturas e/ou propostas são suficientemente longos para que as partes interessadas disponham de um prazo razoável para preparar e apresentar as suas propostas.

ANEXO IV – CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Deve ser constituída uma comissão de avaliação para avaliar as candidaturas e/ou propostas de valor igual ou superior a 50.000 EUR, com base nos critérios de exclusão, seleção e adjudicação previamente publicados pelo(s) beneficiário(s) na documentação do concurso. Este comité é composto por um número ímpar de membros, pelo menos três, com todas as competências técnicas e administrativas necessárias para emitir um parecer válido sobre as propostas.

4. REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

4.1. Contratos de valor igual ou superior a 200.000 EUR

Os contratos de serviços de valor igual ou superior a 200.000 EUR devem ser objeto de um concurso internacional limitado após publicação de um anúncio de concurso.

O anúncio de concurso é publicado em todos os meios de comunicação social adequados, em especial no sítio web do(s) beneficiário(s), na imprensa internacional e no jornal do país onde a ação é executada ou em outras revistas especializadas. Ele indica o número de candidatos que serão convidados a apresentar uma proposta, num intervalo de quatro a oito candidatos; este número deve ser suficiente para garantir uma concorrência efetiva.

Qualquer prestador de serviços interessado que preencher as condições mencionadas no ponto 2 poderá candidatar-se a participar, mas apenas os candidatos que satisfaçam os critérios de seleção publicados poderão, mediante convite escrito do(s) beneficiário(s), apresentar uma proposta.

4.2. Contratos de valor superior a 50.000 EUR e inferior a 200.000 EUR

Estes contratos serão objeto de um procedimento por negociação concorrencial sem publicação de anúncio, no âmbito do qual o(s) beneficiário(s) consultará(ão) pelo menos cinco prestadores de serviços à sua escolha e negociará(ão) as condições do contrato com um ou mais de entre eles.

4.3. Contratos de valor superior a 20.000 EUR e inferior a 50.000 EUR

Estes contratos serão objeto de um procedimento por negociação concorrencial sem publicação de anúncio, no âmbito do qual o(s) beneficiário(s) consultará(ão) pelo menos três prestadores de serviços à sua escolha e negociará(ão) as condições do contrato com um ou mais de entre eles.

4.4. Contratos de valor inferior ou igual a 20.000 EUR

Para uma encomenda de serviços de valor inferior ou igual a 20.000 euros, podem ser aplicados os procedimentos estabelecidos pelo(s) beneficiário(s), de acordo com as regras e princípios estabelecidos nos pontos 1, 2 e 3 do presente anexo.

5. REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DE FORNECIMENTOS

5.1. Contratos de valor superior ou igual a 200.000 EUR

Os contratos de fornecimentos de valor superior ou igual a 200.000 EUR devem ser objeto de um concurso internacional limitado após publicação de um anúncio de concurso.

O anúncio de concurso é publicado em todos os meios de comunicação social adequados, em especial no sítio web do(s) beneficiário(s), na imprensa internacional e no jornal do país onde a ação é executada ou em outras revistas especializadas.

ANEXO IV – CONTRATO DE SUBVENÇÃO

Qualquer prestador de serviços interessado que preencher as condições mencionadas no ponto 2 poderá apresentar uma proposta.

5.2. Contratos de valor superior ou igual a 50.000 EUR e inferior a 200.000 EUR

Neste caso, o procedimento aplicável é o concurso público publicado localmente: O anúncio de concurso é publicado nos meios de comunicação adequados, pelo menos no país em que a ação tem lugar.

Um concurso público local deve garantir a outros fornecedores elegíveis as mesmas condições de participação que os fornecedores locais.

5.3. Contratos de valor superior a 20.000 EUR e inferior a 50.000 EUR

Estes contratos serão objeto de um procedimento por negociação concorrencial sem publicação de anúncio, no âmbito do qual o(s) beneficiário(s) consultará(ão) pelo menos três fornecedores à sua escolha e negociará(ão) as condições do contrato com um ou mais de entre eles.

5.4. Contratos de valor inferior ou igual a 20.000 EUR

Para os contratos de fornecimentos de valor inferior ou igual a 20.000 euros, podem ser aplicados os procedimentos estabelecidos pelo(s) beneficiário(s), de acordo com as regras e princípios estabelecidos nos pontos 1, 2 e 3 do presente anexo.

6. REGRAS ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DE OBRAS

6.1. Contratos de valor igual ou superior a 5.000.000 EUR

Os contratos de obras de valor superior ou igual a 5.000.000 EUR são objeto de um concurso internacional aberto após publicação de um anúncio de concurso.

O anúncio de concurso é publicado em todos os meios de comunicação social adequados, em especial no sítio web do(s) beneficiário(s), na imprensa internacional e no jornal do país onde a ação é executada ou em outras revistas especializadas.

Qualquer prestador de serviços que preencher as condições mencionadas no ponto 2 poderá apresentar uma proposta.

6.2. Contratos de valor superior a 50.000 EUR e inferior a 5.000.000 EUR

Neste caso, o procedimento aplicável é o concurso público publicado localmente: O anúncio de concurso é publicado nos meios de comunicação adequados, pelo menos no país em que a ação tem lugar.

Um concurso público aberto local deve garantir a outros empreiteiros elegíveis as mesmas condições de participação que os empreiteiros locais.

6.3. Contratos de valor superior a 20.000 EUR e inferior a 50.000 EUR

Estes contratos serão objeto de um procedimento por negociação concorrencial sem publicação de anúncio, no âmbito do qual o(s) beneficiário(s) consultará(ão) pelo menos três empreiteiros à sua escolha e negociará(ão) as condições do contrato com um ou mais de entre eles.

6.4. Contratos de valor inferior ou igual a 20.000 EUR

Para uma encomenda de obras de valor inferior ou igual a 20.000 euros, podem ser aplicados os procedimentos estabelecidos pelo(s) beneficiário(s), de acordo com as regras e princípios estabelecidos nos pontos 1, 2 e 3 do presente anexo.

7. RECURSO AO PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO

O(s) beneficiário(s) pode(m) recorrer a um procedimento por negociação com base numa única proposta nos seguintes casos:

- a) no contexto de operações humanitárias e de proteção civil ou de assistência em situações de crise. Uma situação de crise só pode ser considerada como tal se tiver sido oficialmente estabelecida pela Comissão Europeia ou pelas autoridades públicas francesas. A administração contratante informará o coordenador se foi declarada uma situação de crise e durante quanto tempo a declaração estará em vigor;
- b) quando as prestações forem confiadas a organismos públicos ou a instituições ou associações sem fins lucrativos e tiverem por objeto ações de natureza institucional ou destinadas a prestar assistência à população no domínio social;
- c) quando o contrato se destine a prolongar atividades em curso:
 - (i) não incluídos no contrato principal de serviços, mas que se tenham tornado necessários para a execução do contrato devido a circunstâncias imprevistas, desde que esses serviços adicionais não possam ser técnica ou economicamente separados do contrato principal sem grande inconveniente para o(s) beneficiário(s) e que o montante cumulado dos serviços adicionais não exceda 50 % do valor do contrato principal, ou
 - (ii) que consistam na repetição de serviços similares confiados ao prestador de serviços titular do primeiro contrato, desde que:
 - a) que o primeiro serviço tenha sido objeto de um anúncio de concurso publicado e a possibilidade de recurso ao procedimento por negociação para novos serviços relacionados com o projeto e o seu custo estimado tenham sido claramente indicados na publicação do anúncio de concurso para o primeiro serviço; e
 - b) que a prorrogação do contrato tenha um valor e uma duração que não excedam os do contrato inicial.
- d) relativamente a fornecimentos adicionais efetuados pelo fornecedor inicial e destinados quer à renovação parcial de fornecimentos ou instalações em utilização corrente quer à ampliação de fornecimentos ou instalações existentes, caso a mudança de fornecedor obrigue o(s) beneficiário(s) a adquirir equipamento de natureza técnica diferente, originando incompatibilidades ou dificuldades técnicas desproporcionadas de utilização e manutenção;
- e) relativamente a trabalhos adicionais não incluídos no primeiro contrato celebrado e que se tenham tornado necessários devido a circunstâncias imprevistas para a execução da obra; e desde que essas obras não possam ser técnica ou economicamente separadas do contrato principal sem grandes inconvenientes para o(s) beneficiário(s), que, embora possam ser separadas da execução do contrato inicial, sejam estritamente necessárias à sua realização e

ANEXO IV – CONTRATO DE SUBVENÇÃO

que o montante total dos contratos adjudicados para obras complementares não exceda 50 % do valor do contrato principal;

- f) se o concurso não tiver sido bem-sucedido, ou seja, se não tiver resultado numa proposta qualitativa e/ou financeiramente válida, caso em que, após a anulação do concurso, o ou os beneficiários poderão encetar negociações com o ou os proponentes da sua escolha que tenham participado no concurso, desde que as condições iniciais do contrato não sejam substancialmente alteradas;
- g) quando o contrato em questão se segue a um concurso e deve, de acordo com as regras aplicáveis, ser adjudicado ao vencedor ou a um dos vencedores do concurso, caso em que todos os vencedores do concurso forem convidados a participar nas negociações;
- h) para os serviços cuja execução, por razões técnicas ou por razões relacionadas com a proteção de direitos exclusivos, só possa ser confiada a um prestador de serviços específico;
- i) quando a natureza ou as características específicas de determinados fornecimentos o justifiquem, por exemplo, quando a execução do contrato estiver reservada exclusivamente aos titulares de patentes ou licenças que regem a sua utilização;
- j) quando as encomendas são feitas a uma central de compras ou a uma central de compras humanitária reconhecida como tal pelo serviço competente da Comissão Europeia ou a uma central de compras (ver ponto 8.5);
- k) para a emissão do relatório de auditoria das despesas e da garantia financeira, quando exigido pelo contrato;
- l) no caso de contratos declarados secretos ou cuja execução deva ser acompanhada de medidas especiais de segurança, ou quando a proteção dos interesses essenciais da União Europeia ou do país parceiro o exigir;
- m) para os contratos de fornecimentos cotados e comprados numa bolsa de matérias-primas;
- n) no caso de contratos relativos a aquisições em condições especialmente vantajosas, quer a fornecedores que cessem definitivamente a sua atividade comercial, quer a liquidatários ou administradores de falência, concordata judicial ou outro processo da mesma natureza previsto na legislação nacional;
- o) quando um novo contrato deva ser celebrado na sequência da rescisão antecipada de um contrato existente.

8. CASOS PARTICULARES

Podem aplicar-se regras diferentes das estabelecidas no presente anexo nos seguintes casos, com exceção dos princípios descritos na secção 1 e das regras de nacionalidade e de origem estabelecidas na secção 2, que permanecem sempre aplicáveis.

8.1. Cofinanciamentos

Quando a ação é cofinanciada por vários doadores e um outro doador, cuja contribuição é superior à da Expertise France, impõe ao(s) beneficiário(s) regras de adjudicação de contratos diferentes das enunciadas nos pontos 3 a 7, o(s) beneficiário(s) pode(m) aplicar as regras impostas por esse outro

doador.

8.2. Administrações públicas dos Estados membros

Se o ou os beneficiários ou parceiros forem uma autoridade e/ou entidade adjudicante na aceção das diretivas comunitárias aplicáveis aos procedimentos de adjudicação de contratos, devem aplicar as disposições pertinentes desses textos e não as regras enunciadas nos pontos 3 do presente anexo. Em qualquer caso, continuam a aplicar-se os princípios gerais e as regras de nacionalidade e de origem constantes da secção 2.

8.3. Organizações internacionais

Quando o(s) beneficiário(s) ou uma entidade afiliada é(são) uma organização internacional, este(s) aplica(m) as suas próprias regras de contratação se oferecerem garantias equivalentes às normas internacionalmente reconhecidas. Se os seus pilares tiverem sido avaliados positivamente, as regras aplicáveis serão consideradas equivalentes. Se o organismo em questão não oferecer tais garantias equivalentes ou em casos específicos, a Expertise France e o(s) beneficiário(s) acordam em aplicar outras regras que oferecem tais garantias. Estas regras serão incluídas nas condições especiais.

Se as disposições regulamentares aplicáveis da União Europeia o permitirem, a origem dos bens e a nacionalidade das organizações, sociedades e peritos selecionados para realizar as atividades da ação são determinados em conformidade com as regras aplicáveis da organização. Em qualquer caso, são elegíveis os bens, organizações, empresas e peritos elegíveis ao abrigo das disposições regulamentares aplicáveis da União Europeia.

Em todos os outros casos, os contratantes e os bens devem ser originários da União Europeia ou do Estado, país, território ou região(ões) elegíveis ao abrigo do ato de base aplicável à subvenção, em conformidade com os anexos a2a e a2c do Guia Prático.

8.4. Agências tradicionais

Se o(s) beneficiário(s) ou uma das entidades associadas for(em) uma agência tradicional (entidades jurídicas públicas criadas pelo legislador francês ou pelo legislador da União para exercer poderes em nome da França ou da União em domínios de competência específicos), aplica as suas próprias regras de contratação pública.

8.5. Centrais de compras / Centros de contratos públicos no domínio da ajuda humanitária

Quando o(s) beneficiário(s) utiliza(m) os serviços de uma central de compras como prestador de serviços, deve(m) seleccioná-lo(s) em conformidade com os procedimentos acima definidos para os contratos de serviços.

Esta central de compras respeita as regras aplicáveis ao(s) beneficiário(s).